MPMS Ministério Público MATO GROSSO DO SUL

DIÁRIO OFICIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande – MS
quarta-feira,
19 de janeiro de 2022

12 páginas | Ano XIII - Número 2.589 | mpms.mp.br

ASSINADO MPMS DIGITALMENTE

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Avila*
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*
Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Morais*
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safraider*
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*
Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*
Procuradora de Justiça *Ana Lara Camargo de Castro*
Procurador de Justiça *André Antônio Camargo Lorenzoni*

EXPEDIENTE EXTERNO:
De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 *e-mail*: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3357-2449 *e-mail*: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0001/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2021.00008961-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de janeiro de 2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0002/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2021.00009117-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de janeiro de 2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0003/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2021.00006330-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de janeiro de 2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0004/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri, que oficia perante a 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2021.00007787-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de janeiro de 2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0005/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Janaína Scopel Bonatto, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2021.00005890-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de janeiro de 2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercíci

PORTARIA Nº 0006/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2021.00009337-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de janeiro de 2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0007/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001045-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de janeiro de 2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0008/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Eduardo de Araújo Portes Guedes, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Terenos-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil nº 06.2021.00000391-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de janeiro de 2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 95/2022-PGJ, DE 14.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Juacir Gomes de Carvalho Júnior, ocupante do cargo em comissão de Assistente Militar, símbolo MPAM-203, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de sua filha, a partir de 10.1.2022, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 5.526, de 8.6.2020; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-23/2022/PGJ, DE 18.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Robson Gregório Rondão Alves, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 17.2 a 18.3.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-24/2022/PGJ, DE 18.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Pedro do Carmo Sandim Júnior, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.6.2022 e de 28.9 a 7.10.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.2.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-25/2022/PGJ, DE 18.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Puelli Mandotti Monteiro de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 21 a 30.11.2022 e de 22 a 31.5.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 14 a 23.3.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-26/2022/PGJ, DE 18.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Jéssica Gabrielle Rech, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 22.3.2022 e de 29.8 a 7.9.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-27/2022/PGJ, DE 18.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Rebeca Murano Borges, referentes ao período aquisitivo 2011/2012, a serem usufruídas nos períodos de 4 a 13.7.2022 e de 31.10 a 9.11.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 14 a 23.3.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 0001/2022/CGMP/MS

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em atendimento ao artigo 2º, inciso III, da Resolução nº 34/2016-PGJ, de 11/11/2016, que dispõe sobre o plantão da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

RESOLVE:

Alterar, em parte, a Portaria nº 0052/2021/CGMP/MS de 15/12/2021, publicada no DOMP nº 2.582, de 10/01/2022, que estabeleceu a escala de plantão da Corregedoria-Geral do Ministério Público, referente ao primeiro semestre do ano de 2022, de forma que:

i. Na parte onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	PLANTONISTA	TELEFONE
24.01 (19h01) a 31.01 (11h59)	Élcio Félix D'Angelo	98478-2385
07.02 (19h01) a 14.02 (11h59)	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho	98478-2385
21.03 (19h01) a 28.03 (11h59)	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho	98478-2385
28.03 (19h01) a 04.04 (11h59)	Daniela Cristina Guiotti	98478-2385
14.06 (19h01) a 20.06 (11h59)	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho	98478-2385
20.06 (19h01) a 27.06 (11h59)	Daniela Cristina Guiotti	98478-2385

2. Passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	PLANTONISTA	TELEFONE
24.01 (19h01) a 31.01 (11h59)	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho	98478-2385
07.02 (19h01) a 14.02 (11h59)	Élcio Félix D'Angelo	98478-2385
21.03 (19h01) a 28.03 (11h59)	Daniela Cristina Guiotti	98478-2385
28.03 (19h01) a 04.04 (11h59)	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho	98478-2385
14.06 (19h01) a 20.06 (11h59)	Daniela Cristina Guiotti	98478-2385
20.06 (19h01) a 27.06 (11h59)	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho	98478-2385

Campo Grande (MS), 18 de janeiro de 2022.

SILVIO CESAR MALUF
Corregedor-Geral do Ministério Público

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO ENTRE O MPMS E A CEF

Processo: 09.2021.00006770-4
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, representado por **Márcio Nunes Fonseca**.
Amparo legal: Artigo 116, da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e no item "8.1", da Cláusula Oitava, do Convênio.
Objeto: Prorroga a vigência do Convênio por mais 24 (vinte e quatro) meses, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Vigência: 31.01.2022 a 31.01.2024.
Data da assinatura: 18 de janeiro de 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/2586/2020
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **ART COMÉRCIO, CONSTRUÇÕES E INFORMÁTICA LTDA**, representada por **Angelo Rodrigues de Oliveira Rosa**.
Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R$)
12	TV LED com conversor digital embutido; tamanho de tela de no mínimo 50 polegadas; tecnologia LED, formato de tela widescreen (16:9); conversor de TV Digital integrado; mínimo 1.000.000:1 de contraste; Closed caption; resolução mínima de 1920x1080 (Full HD: 1080p); suporte/base para mesa; Deve possuir no mínimo os sinais de vídeo de TV analógica e TV Digital; quantidades mínimas de entradas: 02 HDMI, 01 Áudio/Vídeo Composto ,01 USB e 01 para conexão da Antena/Cabo; alto falante; compatível com sistema de cor PAL, NTSC; ajuste no formato de tela; alimentação bivolt; Idioma dos menus em português; acompanhar controle remoto e tudo que for necessário para seu perfeito funcionamento. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Marca/modelo/nº de referência: PHILCO/PTV50G70SBLSG.	Unidade	2	2.757,90

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).
Data de assinatura: 11 de maio de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.482 DE 19 DE JULHO DE 2021 (PÁGINA 26) E NO DOMP -MS Nº 2.541, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 (PÁGINA 36) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/0947/2021
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **V4 COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, representada por **Jennifer dos Santos Pedroso de Matos**.
Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2021.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios (açúcar refinado, adoçante e café), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R$)
1	Açúcar refinado, branco, mistura homogênea, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem de polipropileno transparente ou leitosa, contendo 1kg. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampados na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marcas de referência: União, Alto Alegre, Único, Doçura, Neve, Guarani e Guacira. Marca: União.	Unidade	12.000	6,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).
Data de assinatura: 15 de julho de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.482 DE 19 DE JULHO DE 2021 (PÁGINA 26) E DOMP-MS Nº 2.541 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/0947/2021
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **YOUSSIF AMIM YOUSSIF**, representada por **Youssif Amim Youssif**.
Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2021.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios (açúcar refinado, adoçante e café), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R$)
3	Adoçante dietético líquido, sem adição de calorias, acondicionado em embalagem original de fábrica, embalagem com 100ml. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampadas na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marcas de referência: Zero Cal, Finn, União, Linea, Assugrin e Adocyl. Marca: Adocyl.	Unidade	350	2,47

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).
Data de assinatura: 16 de julho de 2021.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL N. 001/2022/76PJ/CGR

A 76.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

INQUÉRITO CIVIL n. 06.2021.00001531-6

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: FUNSAU, SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE e SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Apurar a falta de insumos necessários para realização de angioplastia e cateterismo cardíaco no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande-MS, 18 de janeiro de 2022.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI
Promotora de Justiça

DOURADOS

EDITAL N°. 0001/2022/08PJ/DOS

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

O Excelentíssimo Dr. Juliano Albuquerque, titular da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS, faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5° (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n° 001/2022, referente aos documentos da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução n° 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS até o 5° (quinto) dia subsequente à data de publicação deste.

Campo Grande/MS, 14 de janeiro de 2022.

JULIANO ALBUQUERQUE
Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N° 001/2022

PROVENIÊNCIA –8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS	PROCEDÊNCIA – 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS		
Órgão / Setor: 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS	Órgão / Setor 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS		
TIPO DOCUMENTAL NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
Classe/Subclasse 000.001- Controle de Processos e Correspondências;	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2006	2019
Classe/Subclasse 000.002- Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, *e-mails*, faxes, cartas, bilhetes, comunicações internas, etc.)		2006	
Classe/Subclasse 000.003- Correspondências recebidas (ofícios, memorandos, *e-mails*, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.)		2006	
Classe/Subclasse 000.004 - Livros de protocolo		2006	
Classe/Subclasse 000.005 - Requisições de material de consumo		2006	
Classe/Subclasse 000.008 - Relatório de atividades		2006	
Classe/Subclasse 000.011 - Certidões expedidas		2006	
Classe/Subclasse 200.001 - Atas de reuniões		2006	
Classe/Subclasse 200.003 – Livro de Registro de Documentos		2006	
Classe/Subclasse 200.004 – Termos/oitivas de declarações		2006	
Classe/Subclasse 200.005 – Controle de Carga de Inquéritos		2006	
Classe/Subclasse 200.006 – Livro de Registro de Processos		2006	
Classe/Subclasse 200.007 - Notificações		2006	
Classe/Subclasse 200.009 - Cartas Precatórias		2006	
Classe/Subclasse 200.011 – Ofícios requisitando diligência		2006	
Classe/Subclasse 200.013 - Manifestações diversas em processos judiciais		2006	
Classe/Subclasse 200.014 – Atas de visita a estabelecimentos prisionais e unidades policiais		2006	
Classe/Subclasse 200.016 – Pareceres d 1ª ou 2ª instância		2006	
Classe/Subclasse 200.017 – Termos de Ajustamento de Conduta		2006	
Classe/Subclasse 200.038 - Recomendações		2006	
Classe/Subclasse 200.039 – Recomendações em Inquérito civil ou procedimento preparatório		2006	
Classe/Subclasse 200.060 – Mapa de Efetivo Carcerário		2006	
Classe/Subclasse 200.061 – Grade de atualização carcerária		2006	
Classe/Subclasse 200.077 – Relatórios de Diligência		2006	
Classe/Subclasse 200.078 – Relatório de vistoria e inspeção em estabelecimento penal e entidades de atendimento		2006	
Classe/Subclasse 200.080 – Relatório de Remessa de Documentos		2006	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Paola Reginato Pereira, Técnica II, mat. 801754-9 Data do preenchimento: 14 de janeiro de 2022			

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0001/2022/01PJ/AMB

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Amambai - MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2022.00000271-4, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta Cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2022.00000271-4.

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Penitenciária de Amambai - PAM, Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência ao Albergado de Amambai

Assunto: Acompanhar e fiscalizar os estabelecimentos prisionais da Comarca de Amambai, registrando as atividades de inspeção e/ou visitas relativas ao ano de 2022.

Amambai/MS, 18 de janeiro de 2022.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES
Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PEDRO GOMES

EDITAL Nº 0001/2022/PJ/PDG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00000208-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00000208-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Câmara Municipal de Pedro Gomes Ms

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC n. 0003/2021/PJ/PDG, firmado nos autos do IC n. 06.2016.00001543-3..

Pedro Gomes/MS, 17 de janeiro de 2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES
Promotor de Justiça Substituto

EDITAL Nº 0002/2022/PJ/PDG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00000408-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00000408-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido:Empresa CEDAPAR Participações LTDA

Assunto: Fiscalização e acompanhamento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do IC n. 06.2020.00001103-8 - Requerida: Empresa CEDAPAR.

Pedro Gomes/MS, 18 de janeiro de 2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES
Promotor de Justiça Substituto

SETE QUEDAS

EDITAL Nº 0005/2022/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Rui Barbosa, nº 780, Centro, CEP 79935-00, Sete Quedas/MS.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001268-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Luiz Roberto Peraro; Charles Rodrigo Pedro de Souza

Assunto: “Apurar desmatamento de 12,68 hectares em áreas declaradas como Reserva Legal e Área Consolidada, integrantes do bioma Mata Atlântica, na Fazenda Vô Roberto, em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 32/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2019)”.

Sete Quedas/MS, 17 de janeiro de 2022.

MAYARA SANTOS DE SOUSA
Promotora de Justiça Substituta

SONORA

EDITAL Nº 0001/2022/01PJ/SNR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000013-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.° 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

Inquérito Civil n.° 06.2022.00000013-8

Requerente: Conselho Tutelar Municipal de Sonora/MS

Requeridos: Top Dance-ME e Fernanda dos Santos Félix

Assunto: Apurar eventuais irregularidades, na área da infância e juventude, decorrentes do funcionamento da casa noturna denominada “Top Dance”, localizada neste Município de Sonora/MS.

Sonora/MS, 17 de janeiro de 2022 .

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA
Promotor de Justiça Substituto